

ATA NÚMERO 82/XII/ 1.ª SL

Aos 9 dias do mês de maio de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Ministro de Estado e das Finanças, no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 56/XII/1.ª (GOV) – “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2013 a 2016”, e do Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 (nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, na redação que lhe é dada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro).
2. Apreciação e votação da ata n.º 81.
3. Distribuição dos Projetos de Lei n.º 222/XII/1.ª (PS) – “Cria um regime excecional e transitório de extinção de obrigações decorrentes de crédito à habitação em situações de redução substancial do rendimento do agregado familiar”, n.º 223/XII/1.ª (PS) – “2.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de prestações de crédito à habitação” e n.º 224/XII/1.ª (PS) – “10.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, introduzindo mecanismos adicionais de proteção dos devedores nos contratos de crédito para aquisição de habitação própria e permanente”.
4. Deliberação sobre a discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 308/XII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a criação de um Fundo de Garantia ao Crédito à Habitação”.
5. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 175/XI/1.ª, de iniciativa de Carlos Silva: “Solicita à Assembleia da República para que intervenha junto das entidades bancárias no sentido de prorrogarem as execuções derivadas dos incumprimentos hipotecários motivados por desemprego ou doença.
Relator: Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS).

6. Apreciação e votação do Parecer sobre o Livro Verde da Comissão Europeia – Setor Bancário Paralelo [COM(2012)102].
Relator: Senhor Deputado Fernando Medina (PS).
7. Outros assuntos.

1. Audição do Ministro de Estado e das Finanças, no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 56/XII/1.^a (GOV) – “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2013 a 2016”, e do Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 (nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, na redação que lhe é dada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro).

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças, bem como aos Senhores Secretários de Estado do Orçamento e dos Assuntos Fiscais, enquadrando o objeto da audição – que decorreu pela primeira vez, no modelo em questão – nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental (na sequência das quinta e sexta alterações à Lei, ocorridas, respetivamente, em maio e outubro de 2011), nomeadamente as disposições constantes do artigo 12.º-B da LEO (na redação que lhe é dada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro), que estatui o início do processo orçamental para 2013 “*com a revisão anual do Programa de Estabilidade e Crescimento, elaborada pelo Governo e efetuada de acordo com a regulação comunitária*”. De igual modo, enquadrou a audição no âmbito da nova figura legislativa do quadro plurianual de programação orçamental (nos termos do artigo 12.º-D da referida LEO e do calendário definido pela Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro), consubstanciada na [Proposta de Lei n.º 56/XII/1.^a \(GOV\)](#).

De seguida, previamente à intervenção inicial do Senhor Ministro, e na sequência de uma interpelação à Mesa pelo Senhor Deputado João Galamba (PS) quanto à condução dos trabalhos, decorreu um breve debate, no qual intervieram os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Batista Santos (PSD) e Pedro Marques (PS). O Senhor Presidente da Comissão informou, na sequência das questões suscitadas, ter a Mesa distribuído toda a documentação chegada à Comissão.

O Senhor Ministro procedeu, de seguida, a uma intervenção inicial, na qual deu conta, entre outros, do teor do [Documento de Estratégia Orçamental](#).

O Senhor Presidente abriu, de seguida, uma ronda de intervenções, na qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Nuno Reis (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Senhor Ministro intervindo, imediatamente após cada intervenção, para responder às questões colocadas. Usou igualmente da palavra o Senhor Secretário de Estado do Orçamento. O Senhor Presidente interveio durante a ronda de intervenções para dar conta da distribuição pela Mesa, a todos os Senhores Deputados, de um conjunto de quadros (Anexo II ao DEO) entretanto disponibilizados pelo Senhor Ministro.

Em sede de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Pedro Silva Pereira (PS), Paulo Batista Santos (PSD), Vera Rodrigues (CDS-PP), Honório Novo (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e João Galamba (PS), tendo o Senhor Ministro usado da palavra para responder, em bloco, às questões colocadas.

No âmbito da terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Silva Pereira (PS), Nuno Reis (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Ministro intervindo no final para responder, em conjunto, às questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu as informações e esclarecimentos prestados. No quadro da boa cooperação institucional entre a Comissão e o Governo, nomeadamente o Ministério das Finanças, realçou que a audição se realizara ao abrigo do disposto na LEO (na redação dada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro), nomeadamente no seu artigo 12.º-B, aliás referido no próprio Documento de Estratégia Orçamental, não reconhecendo a COFAP competência à Comissão Europeia em matéria de interpretação das disposições constitucionais português e da LEO relativas à submissão do documento. De igual modo, o Senhor Presidente recordou o debate suscitado durante a audição por diversos Senhores Deputados sobre um conjunto de quadros – referidos como Anexo II ao DEO – do desconhecimento da Comissão, solicitando a clarificação pelo Senhor Ministro, junto da COFAP, dos documentos presentes às instituições europeias, e nomeadamente quanto à natureza do referido Anexo, bem como do teor de um eventual Anexo I. O Senhor Presidente considerou terem sido cumpridas, pela Assembleia da República – através da Comissão – as normais legais em matéria orçamental, nomeadamente o estatuído no n.º 4 do artigo 12.º-B da Lei de Enquadramento Orçamental referente ao prazo de dez dias úteis de apreciação pela Assembleia da República, tendo manifestado a certeza de que também o Governo cumpriria o disposto no n.º 5 do suprarreferido artigo, relativamente ao envio “à Assembleia da República [d]a versão final do Programa de Estabilidade e Crescimento antes de o entregar definitivamente ao Conselho Europeu e à Comissão Europeia”. Enfim, quanto à Proposta de Lei n.º 56/XII/1.^a (GOV), recordou o seu enquadramento de acordo com o disposto na LEO, mas também com o estatuído na Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro, prossequindo esta iniciativa a sua tramitação em sede própria.

A audição foi gravada em suporte áudio e vídeo, que fazem parte integrante da presente ata. A gravação da audição, a apresentação do Senhor Ministro, a documentação distribuída e outras informações estão disponíveis no [sítio internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação da ata n.º 81.

A [ata n.º 81](#), respeitante à reunião de 2 de maio, foi aprovada por unanimidade, nos termos habituais, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

3. Distribuição dos Projetos de Lei n.º 222/XII/1.ª (PS) – “Cria um regime excecional e transitório de extinção de obrigações decorrentes de crédito à habitação em situações de redução substancial do rendimento do agregado familiar”, n.º 223/XII/1.ª (PS) – “2.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de prestações de crédito à habitação” e n.º 224/XII/1.ª (PS) – “10.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, introduzindo mecanismos adicionais de proteção dos devedores nos contratos de crédito para aquisição de habitação própria e permanente”.

Foi acordado pela Comissão, com anuência do proponente, efetuar um único parecer aos Projetos de Lei [n.º 222/XII/1.ª \(PS\)](#), [n.º 223/XII/1.ª \(PS\)](#) e [n.º 224/XII/1.ª \(PS\)](#), tendo sido nomeado autor do parecer da Comissão o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).

4. Deliberação sobre a discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 308/XII/1.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a criação de um Fundo de Garantia ao Crédito à Habitação”.

O Grupo Parlamentar do PS solicitou a remessa do [Projeto de Resolução n.º 308/XII/1.ª \(PS\)](#) para discussão em Plenário.

5. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 175/XI/1.ª, de iniciativa de Carlos Silva: “Solicita à Assembleia da República para que intervenha junto das entidades bancárias no sentido de prorrogarem as execuções derivadas dos incumprimentos hipotecários motivados por desemprego ou doença.

Relator: Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS).



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado, por ausência do Senhor Deputado relator.

6. Apreciação e votação do Parecer sobre o Livro Verde da Comissão Europeia – Setor Bancário Paralelo [COM(2012)102].

Relator: Senhor Deputado Fernando Medina (PS).

O Senhor Deputado Fernando Medina (PS) apresentou o parecer e deu conta das principais notas dele constantes, tendo este merecido o bom acolhimento por todas as bancadas. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

7. Outros Assuntos.

O Senhor Presidente deu conta das informações transmitidas pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Pública quanto ao agendamento da audição aprovada pela Comissão, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP.

A reunião foi encerrada pelas 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2012

O PRESIDENTE

EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Nuno Serra
Paulo Ribeiro de Campos
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Miguel Frasquilho
Pedro Nuno Santos